

PATRIMÔNIO E TURISMO NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM DO PARÁ: aspectos relevantes de uma possível mercadoria turística.

Eduardo Lima dos Santos Gomes¹

Rachel Sfair da Costa Ferreira²

Giselle Castro de Assis Reis³

Resumo: Este artigo visa refletir sobre o uso do Centro Histórico de Belém (CHB) como uma mercadoria para o fomento do turismo. A porção urbana específica analisada do CHB compreende a primeira área da cidade de Belém, fundada no ano de 1616. Esta área abrange a Praça Frei Caetano Brandão e as edificações e espaços públicos do entorno imediato dessa praça. As metodologias de pesquisa adotadas foram a bibliográfica, a documental e a de campo, com aplicação da técnica de observação direta. Constata-se que este centro histórico encontra-se degradado e descaracterizado, com pontos específicos de revitalização. Os pontos urbanos históricos revitalizados compreendem os aspectos relevantes para a formatação da mercadoria turística, ou seja, na maioria das vezes, tais pontos são revitalizados visando apenas atender uma demanda turística. Os resultados exibem, por exemplo, sinais de descaso tanto do poder público quanto dos usuários em relação a conservação do patrimônio, bem como o uso inadequado do Centro Histórico de Belém. A reflexão do uso do Centro Histórico de Belém como uma mercadoria turística abordada neste trabalho é importante, pois este tipo de uso contribui para a formação de uma região abissal entre o usuário e o patrimônio, o que contribui para a degradação e até mesmo a perda deste legado cultural, representativo da cidade de Belém.

Palavras-chave: Centro Histórico de Belém. Patrimônio. Turismo

Introdução

O espaço urbano – que é contido pelo espaço social – é o testemunho dos diversos momentos do modo de produção. Este mesmo espaço urbano é um fato social ativo (e não

¹ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, Especialista em Gestão Pública e Bacharel em Turismo. Professor Assistente II da Universidade Federal do Pará. egomes@ufpa.br

² Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Doutoranda do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará. rachelsfair@gmail.com

³ Mestre em Turismo e Hotelaria e Bacharel em Turismo. Professora Assistente I da Universidade Federal do Pará. giselletur@hotmail.com

passivo), dinâmico (e não estático). Ao conter a memória do passado dos diversos momentos do modo de produção, esse espaço age e reage com o momento atual do movimento da sociedade. Em outras palavras, o espaço urbano não é um mero reflexo da sociedade, pois devido ser um espaço material – formado por formas materiais – ele é, simultaneamente, produto e produtor (Santos, 1978).

A cidade, sendo um espaço social, está em continuo movimento. No entanto, em um espaço social histórico, especificamente, em um centro histórico, por exemplo, o reflexo deste movimento social impresso nas obras materiais deve ser monitorado, pois estes mesmos espaços históricos segundo a Carta de Atenas, documento firmado em 1933 “são testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental” (Cury, 2000, p. 52).

O Centro Histórico de Belém (CHB) possui diversas qualidades para atrair o olhar do turista, tais como: a paisagem natural representada tanto pelo rio Guamá quanto pela baía de Guajará; as edificações antigas representativas de diversos modos de produção social; e os espaços públicos peculiares de épocas passadas. O argumento central desse artigo é de que o patrimônio histórico do CHB, bem como suas qualidades, vem sendo utilizados como uma mercadoria pela atividade turística.

Com a necessidade de justificar tal argumento, optou-se por dois objetivos: o primeiro de identificar que elementos são estes que indicam que o CHB seja considerado como mercadoria turística e o segundo é de avaliar se estes mesmos elementos contribuem para a salvaguarda deste patrimônio histórico. Para tanto, delimitou-se como área de estudo o primeiro núcleo urbano da cidade de Belém (Praça Frei Caetano Brandão e as edificações e espaços públicos do seu entorno) fundado em 1616.

Ademais, foi necessário o entendimento acerca de duas principais discussões teóricas que nortearam o desenvolvimento da pesquisa: uma sobre patrimônio e outra sobre possíveis reflexões de um turismo cultural e patrimonial. Assim, para verificar a argumentação central, tal pesquisa teve um caráter investigativo e exploratório. A respeito da metodologia adotada, esta consistiu em levantamento de dados pretéritos, realizado através de pesquisa documental,

bibliográfica e de campo. Partiu-se do princípio da interpretação do objeto no tempo para que haja a compreensão do conteúdo significativo dos argumentos delineados à pesquisa.

Dentro dessa perspectiva, o objeto de investigação passou a ser observado e interpretado de maneira descritiva e explanatória. De fato, partiu-se dessa premissa para se trabalhar a observação direta, concomitantemente, com a exploratória. A observação direta foi utilizada com o intuito de registrar as situações ocorridas na área do objeto de estudo. Para a precisão do instrumento foi necessário um planejamento, um registro e um controle das situações para que se evidenciassem resultados mais próximos da realidade do argumento central sugerido nesta pesquisa.

Destarte, pretendeu-se com a pesquisa possibilitar uma reflexão ampliada das relações sociedade/patrimônio no turismo, a fim de evidenciar que o turismo se afirma pela disputa de novos territórios a serem conquistados que são fortalecidos pela construção de uma imageabilidade turística produzida pela visão midiática do mercado, que às vezes ou sempre, oculta o lado realista do núcleo receptor turístico (Figueiredo, 2008; Ouriques, 2005).

Patrimônio Cultural

A partir da década de 1930, visando a salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro, intensifica-se a preocupação, catalogação e organização desse Patrimônio. No decorrer do tempo, a definição de patrimônio sofreu algumas alterações. Desde o anteprojeto de lei produzido por Mario de Andrade que define o Patrimônio Cultural Brasileiro como sendo “as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita” (Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade apud Simão, 2001, p. 104), pertencentes a organismos públicos e sociais brasileiros.

Em 1937, esse mesmo anteprojeto transformou-se no Decreto-Lei nº 25 de 30/11/1937. O texto teve sua essência alterada, direcionando as ações de preservação para o acervo patrimonial arquitetônico, deixando alijados do processo de conservação governamental os outros elementos que também compõem o patrimônio cultural, como o saber, e o saber fazer, o conhecimento peculiar de cada povo que elabora seus produtos, que constrói a sua história e que transforma seu meio natural, seu meio ambiente (Lemos, 1981).

O Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (Icomos), na Declaração do México de 1985, proporcionou à sociedade uma definição de patrimônio cultural mais abrangente do que a adotada pelo Decreto-Lei nº 25/1937, pois não se restringe aos artefatos vinculados a fatos memoráveis nacionalmente produzidos. Ela também enquadra no patrimônio cultural nacional, as produções das camadas sociais não privilegiadas “criações anônimas surgidas da alma popular”, bem como, o patrimônio não material.

Acompanhando a evolução do conceito de patrimônio no âmbito internacional, a Constituição Federal do Brasil de 1988 encerra o conceito de patrimônio cultural tornando-o mais ampla, englobando os bens tangíveis, os intangíveis e o saber humano representativos da cultura tanto dos mais abastados quanto dos menos favorecidos (Barreto, 2000).

Os monumentos históricos, símbolos de fatos sociais históricos memoráveis para a sociedade constituem uma das categorias do patrimônio cultural. A Carta de Veneza, estabelecida pelo Icomos, em maio de 1964, define como monumento histórico tanto a arquitetura isolada quanto o sítio urbano ou rural, símbolo de modos de produção social pretérito, que com o tempo, adquire valor cultural (Cury, 2000).

Assim sendo, Meneses (2004) observa que o monumento será mais valorizado quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais. Barreto (2000) ressalta que é através da memória coletiva que o cidadão se identifica com sua história e sua cultura, pois ela conserva de maneira própria os fatos acontecidos na sociedade à qual o indivíduo pertence. Neste sentido, a ideia de fazer parte de uma cultura, de ter uma identidade cultural, é de suma importância no mundo globalizado em que se vive.

Valorizar as peculiaridades frente à padronização de gostos, atitudes e valores que o mundo globalizado vem impondo às localidades, além de manter viva a identidade social, é uma alternativa de conservar os atrativos que determinam a visitação turística, pois os turistas apesar de exigirem os confortos do mundo moderno, são atraídos para um determinado local pelo que ele tem de mais característico, mais autêntico.

Portanto, a preservação do patrimônio cultural, seja ele de ordem material ou imaterial, tem como função a manutenção da memória coletiva responsável pela identidade cultural de uma

sociedade. A proteção legal adotada para proteger um bem cultural das degradações a que está sujeito, bem como dos interesses particulares e do vandalismo, é o tombamento. Segundo Meneses (2004, p. 81), o tombamento é a ação justificadora da responsabilidade do poder público em salvaguardar a memória coletiva, assim, “tombar é a ação de inventariar, registrar e tomar sob guarda, para conservar e proteger, bens de valor público”.

Ora, segundo Milet (1988) a conduta relacionada a preservação histórica não deve ser estanque, logo é imprescindível estabelecer criticamente quais os valores que os bens históricos podem oferecer ao homem, de forma que seja útil na vida da sociedade. Neste sentido, devem conciliar-se, por exemplo, a conservação, o reuso, a transformação e o diálogo entre o novo e o existente.

A preservação e o conseqüente reconhecimento como bem de valor público impõem aos bens imóveis determinadas restrições, como a não descaracterização de suas características originais. No entanto, este reconhecimento como um bem de valor histórico, na maioria das vezes, não é reconhecido pelos moradores locais, e ainda, faltam políticas públicas que não só incentivem, mas que também orientem a sociedade com relação à valoração a estes bens públicos. Assim, os monumentos vão sendo implodidos, descaracterizados, abandonados e fertilizando o campo da especulação imobiliária.

Neste contexto, o uso econômico dos monumentos apresenta-se como uma alternativa para a sua preservação, sendo o turismo cultural a atividade econômica que mais se compatibiliza com os monumentos históricos, pois o seu exercício está pautado, principalmente, na visitação e na apreciação aos monumentos históricos. Nesse sentido, a Comissão Técnica de Fomento do Turismo (reunião julho-agosto de 1967) indica que os monumentos preservados são importantes para o desenvolvimento da atividade turística (OEA Normas de Quito, 1967 apud Cury, 2000).

Todavia, ao pensar na preservação do patrimônio histórico remete-se a análise feita por Le Goff (2003) dos termos passado, presente e futuro. Tratar da preservação do patrimônio histórico é também tratar das relações entre passado, presente e futuro. E assim faz-se a indagação, se a atividade turística em centros históricos contribui de forma positiva a preservação histórica destes espaços antigos ou se os vê apenas como uma mercadoria?

Reflexões para se pensar o turismo cultural e patrimonial

O turismo é uma atividade econômica capaz de provocar o desenvolvimento local e ao mesmo tempo, consumir de maneira depreciativa as paisagens, as formas e os conteúdos das cidades detentoras de potencialidades para o seu fomento. Percebe-se que o turismo é uma possibilidade de gerar receitas a fim de um propenso processo de melhoria das relações sociais estabelecidas entre cidadãos e cidade.

Panosso Neto (2010) ressalta a necessidade de sistematizar o pensamento acerca do fenômeno do turismo, a fim de evitar as implicações da atividade na sociedade e no meio ambiente, uma vez que é visível em alguns centros detentores de turismo, a ausência de ações intervencionistas no sentido de instituir as políticas públicas para o fomento da atividade de maneira planejada a fim de maximizar os efeitos positivos e ter uma leitura crítica dos efeitos negativos.

De fato, observa-se que o turismo se apropria do espaço delimitado físico para desenvolver suas relações de poder simbólico (Bourdieu, 2010). Nesse sentido, Almeida (2003) sinaliza a reflexão de que o turismo é um fenômeno inerente ao espaço geográfico. A mesma autora ressalta que ele dinamiza e consome as paisagens, os territórios e recria novas formas de desenvolvimento para movimentar as perspectivas do mercado.

Nisso, pode-se destacar que a relação do desenvolvimento com o turismo se faz presente a partir do processo de transformação do meio ambiente e da cultura em produção capitalista de mais valia (Marx, 1982). Verifica-se na sociedade que os donos do capital e os políticos têm uma visão limitada quanto ao fomento do turismo. Os mesmos acreditam que o turismo deve ser desenvolvido visando apenas a mais valia (Marx, 1982), como se ele fosse a única e principal atividade econômica capaz de provocar o desenvolvimento local.

Ouriques (2005) tem uma visão crítica acerca da produção desenvolvimentista do turismo. Para ele, o turismo é uma atividade promotora de desenvolvimento (in)sustentável, pois o compreende como uma forma específica de produção das relações sociais de exploração capitalista e tendência imperativa de mercantilização das áreas naturais. Dessa maneira, como

frisa o autor, faz-se necessária uma busca à compreensão do fenômeno turístico em sua complexidade, principalmente, a partir das relações entre lugar, espaço, trabalho, natureza e capital para que o turismo possa ser uma opção de sustentabilidade.

Deste modo, é conveniente ressaltar que o turismo, ao longo do processo de produção, é promovido para o desenvolvimento incentivando a construção de espaços reservados a sua prática sem a preocupação mínima com a sustentabilidade da atividade e seus processos de descaracterização e marginalização dos residentes locais. Nesta perspectiva, pode-se ressaltar que todo tipo de turismo é minimamente pensado para atrair um determinado público que consumirá o produto formatado em um curto espaço de tempo.

Nesta consumação, o bem material tangível e intangível é transformado em mercadoria (Marx, 1982) para atender a demanda e as necessidades mais insanas de turistas. Nisso, percebe-se que o turismo se descortina em segmentos para ser personalizado em função dos desejos e gostos dos clientes ditos turistas. Assim, o sentido da viagem e a experiência vivenciada conseguem desencadear no imaginário⁴ do turista a imagem de buscar o sentimento da procura pela história, pela memória social e pelas tradições de um coletivo social, mesmo que isso possa representar uma experiência limitada percebida pela ausência de uma conduta protecionista no lugar visitado. Nesse aspecto, verifica-se que o legado cultural e os patrimônios históricos das cidades ditas turísticas são direcionados para a produção capitalista do espaço (Harvey, 2005).

Observa-se assim, que os monumentos históricos, principalmente, os arquitetônicos sempre se destacaram em relação aos outros bens patrimoniais por serem a expressão física mais perceptível no turismo. Este conceito permite destacar que o turismo se apropria do legado e da memória social existente para produzir a mercadoria turística a ser consumida por uma demanda de turistas. O uso econômico dos monumentos inseridos na atividade turística passou a ser apontado como alternativa para se recuperar importantes marcos históricos.

Segundo Barreto (2000), embora a transformação de um patrimônio em bem de consumo acarrete a sua ressignificação, tal ação é preferível a derrubada de prédios por causa da especulação imobiliária. Todavia, a transformação dos recursos históricos em mercadorias

⁴Conforme a proposta de (Gastal, 2005).

turísticas pode ser um incentivo real para o processo de revitalização urbana e a promoção de um turismo mais voltado ao legado cultural e patrimonial. No entanto, urge a necessidade de priorizar na agenda de trabalho do Poder Público, o modo de como conciliar o uso econômico com as peculiaridades arquitetônicas, históricas e culturais que os prédios possuem, respeitando a capacidade de carga destes espaços, e, ao mesmo tempo, promover o envolvimento do usuário no processo de mercantilização consciente de seu patrimônio cultural.

Centro Histórico de Belém (CHB) do Pará

Belém foi fundada pelos portugueses em 1616, com o objetivo de defesa, face às pretensões de ocupação do território por outras potências europeias (Meira Filho, 1976; Trindade Junior, 1997). Na ponta de terra onde nasceu, foi assentado o forte (Forte do Castelo) que serviu de orientação para a sua expansão, e, a partir desse ponto consolidou-se como primeira fase de ocupação o bairro da “Cidade”, atual Cidade Velha. Ainda no século XVII, cruzando o Igarapé do Piri, no delírio contínuo de penetração para conquista, a cidade ganha um novo bairro, o da “Campina”, localizado em área mais alta, onde a urbanização passou a ocupar terras mais propícias, dando origem aos bairros do Comércio e Reduto, sendo pequena a interiorização dessa urbanização.

Somente na metade do século XVIII é que se começa a observar um pequeno movimento de interiorização. Da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, Belém passa a viver em função da economia da borracha, tornando-se o principal porto de escoamento do produto. No início do século XIX, o retardamento do desenvolvimento da cidade estava preso a uma população ínfima, enfrentando ainda adversidades, epidemias e outros males que influíram negativamente em sua formação. A presença do então Governador da Região Amazônica – Conde dos Arcos –, em Belém, seria marcada por iniciativas que enfocaram problemas urbanos de saneamento, de higiene e de embelezamento.

A partir do início do século XX, o avanço da penetração do sítio urbano toma novo impulso, influenciado, sobretudo, pelo progresso econômico que a exploração da borracha impõe à região, estabelecendo um processo de apropriação do espaço que vai se manter, relativamente,

inalterado até a década de 1950. Esse momento da economia regional, em que Belém passou a viver em função do ciclo econômico da borracha (1870–1912), se traduz em termos não só de crescimento populacional, como também de uma série de medidas para a reestruturação do espaço urbano, já que Belém passa a desempenhar, realmente, papel comercial, financeiro, político e cultural na região.

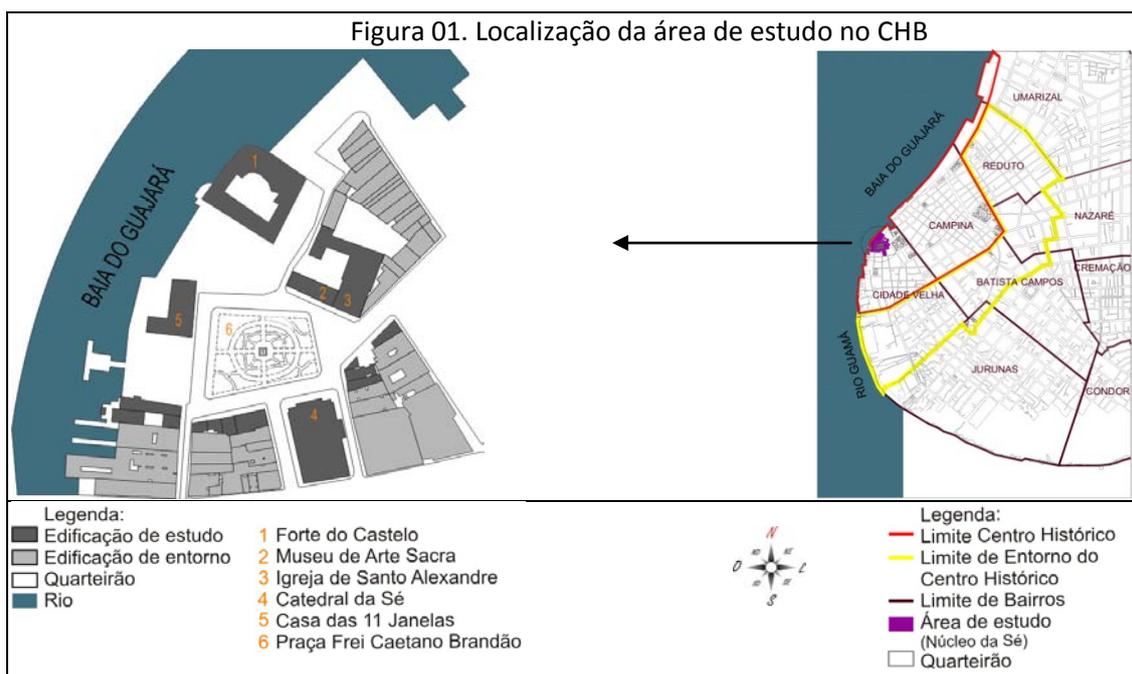
No início do século XX, com o declínio da economia dessa matéria prima, não há clareza quanto à função desempenhada pela cidade no cenário regional. Pois, de centro de apoio à exportação, passa a concentrar grande contingente de serviços, sem que ocorram fatores de fomento ao desenvolvimento, o que resultou no esvaziamento desta área urbana. Embora de forma discreta, a retomada do crescimento econômico da cidade (décadas de 40/50 e 60) promoveu modificações no Centro Histórico. Na década de 1970, a área do Centro era, praticamente, a única fonte de oferta de bens, serviços, renda e empregos, o que levou ao início de uma gradativa ocupação da área. Conseqüentemente, a concentração de investimentos e equipamentos no CHB produziu, entre outras coisas, uma verticalização na área central. A saturação e a baixa qualidade físico-ambiental presente no CHB foram acentuando-se cada vez mais nas décadas seguintes.

De maneira geral, a transição da cidade colonial para a grande metrópole foi brusca. Com a rápida urbanização das grandes cidades durante as últimas décadas, houve impactos negativos na vida dos seus centros históricos, que resultaram, por exemplo, em esvaziamento demográfico, abandono físico e encortiçamento.

Verifica-se que, mesmo com a implantação e proposições de leis, planos e projetos voltados para a preservação e revitalização do CHB – tal como, a Lei Municipal nº 7.709, de 18 de maio de 1994 que dispõe da preservação do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do conjunto arquitetônico do CHB e de seu entorno – este necessita cada vez mais de soluções que visem à recuperação física, econômica e social do conjunto da cidade – sendo necessário, portanto, que Belém seja trabalhada como um todo, para que não haja discrepâncias entre as potencialidades do seu conjunto.

Caracterização da área de estudo: uma porção específica do CHB

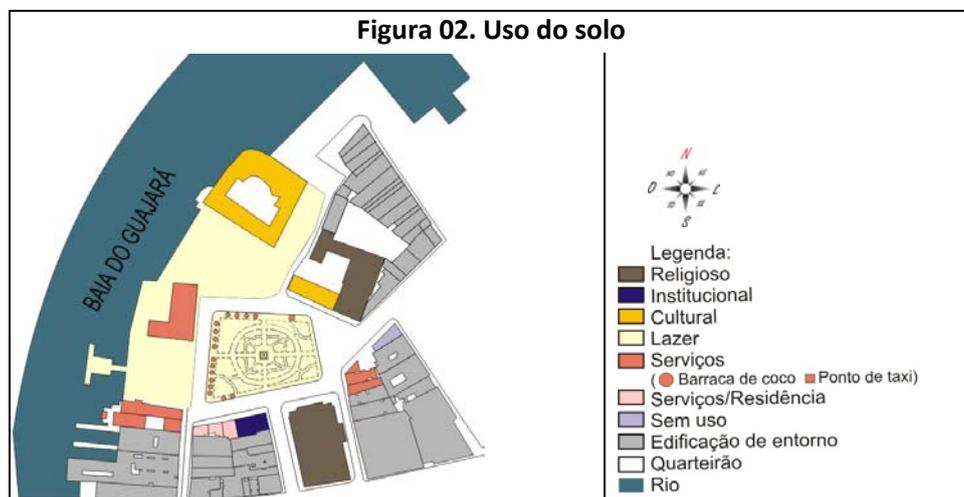
Dentro desse contexto, há necessidade de pesquisas empíricas que forneçam elementos que expliquem a utilização do patrimônio histórico do CHB como uma mercadoria pela atividade turística. Para tanto, optou-se por analisar uma porção urbana específica do CHB. Esta porção faz parte do primeiro núcleo urbano da cidade de Belém, fundado em 1616. Fazem parte desse núcleo urbano alguns dos principais monumentos históricos tais como, o Forte do Castelo, a Catedral da Sé, a Igreja de Sto. Alexandre e o antigo Colégio dos Jesuítas (atual Museu de Arte Sacra), a Casa das 11 Janelas (antigo Hospital Militar), a Praça Frei Caetano Brandão e algumas outras edificações parcialmente preservadas. A delimitação do objeto de estudo compreende a Praça Frei Caetano Brandão e as edificações e espaços públicos que dão frente para esta praça (Figura 01).



Fonte. CODEM, 1998/ Modificado por Rachel Ferreira

Observa-se um uso do solo predominantemente voltado aos serviços tais como, restaurantes, bares e vendedores ambulantes que buscam dar suporte à atividade turística produzida (Figura 02). Como consequência desse uso intenso, tanto de serviços quanto cultural e de lazer, observa-se que nos períodos diurno e noturno este espaço urbano não possui uma

relação próxima com os usuários locais, pois o mesmo está direcionado para atender, de certa forma, a atividade turística.



Fonte. CODEM, 1998/ Modificado por Rachel Ferreira

Resultados e Discussões

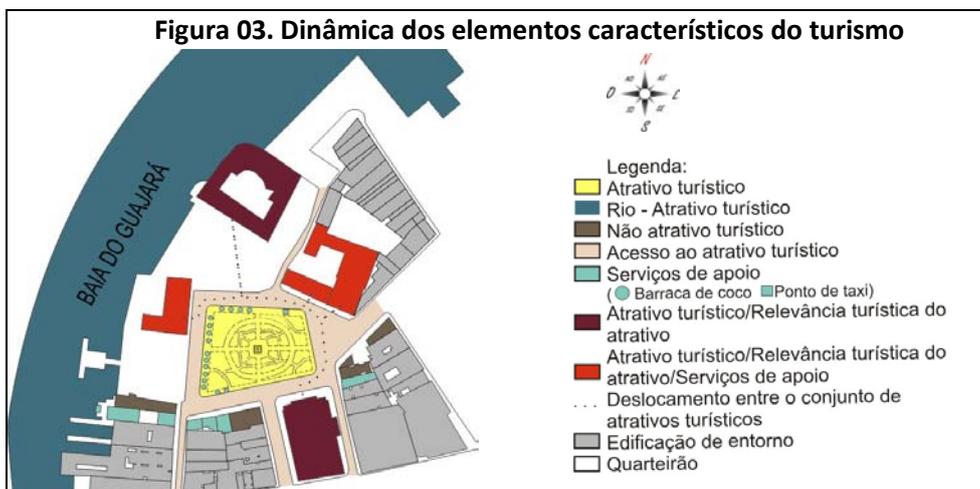
O presente trabalho constituiu uma tentativa de identificar e analisar os elementos que contribuem para que o CHB seja considerado uma mercadoria turística a partir de uma análise qualitativa. O instrumento metodológico adotado foi o da observação direta, que de conformidade com Poupart et al. (2008) consegue apreender os processos sociais da área de estudo de maneira estruturada e sistêmica. A escolha da porção urbana específica deu-se a partir de um conjunto de características importantes para a pesquisa: a) uma das áreas de maior concentração de monumentos históricos; b) porção urbana que possui mais projetos voltados para o turismo e c) fácil acesso de pessoas e serviços de apoio (transportes de pequeno e médio porte, alimentação, etc.).

Após a pontuação da natureza da pesquisa, do instrumento metodológico e da justificativa da área analisada, optou-se em trabalhar o campo de observação seguindo um protocolo/roteiro de visita no campo de estudo durante a semana e fim de semana em horários diurno e noturno com o intuito de confirmar o argumento central. À medida que se observava, eram detectadas importantes cenas que delineavam o olhar investigativo para outro foco do CHB sem os apelos de vê-lo como parte integrante do cotidiano dos pesquisadores.

Observou-se uma quantidade de dados satisfatória que foi importante para a qualidade dos resultados. Assim, frisa-se que foram realizadas observações no mês de fevereiro de 2012. A técnica consistiu em observar a dinâmica dos elementos característicos do turismo, tais como: atrativo turístico, acesso ao atrativo, relevância turística do atrativo, deslocamento entre o conjunto de atrativos, segurança e serviços de apoio (alimentação, souvenir, transportes alternativos, guias locais, etc.) ao longo do percurso dos atrativos para verificar o processo de mercantilização turística do CHB, bem como a compreensão de que o legado do passado, do presente e do futuro não interferem nesse processo produtivo de transformação da matéria-prima em mercadoria (Marx, 1982).

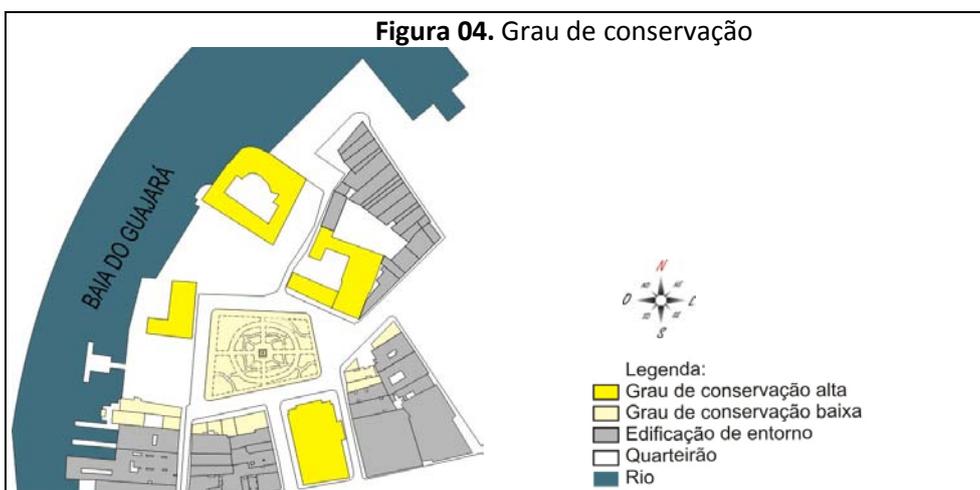
Na figura 03, identificam-se os elementos característicos do turismo que fazem com que o CHB seja considerado como mercadoria turística. Percebe-se que o atrativo turístico está disponibilizado contornando a praça favorecendo o deslocamento do usuário entre o conjunto de atrativos. Na sequência, este mesmo atrativo turístico possui diferentes graus de relevância: atrativo turístico; atrativo turístico/relevância turística do atrativo; e atrativo turístico /relevância turística do atrativo/ serviços de apoio. De fato, percebe-se que a área de estudo é subutilizada, pois as principais formas e funções estão concentradas nos elementos considerados como atrativos turísticos.

IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo



Fonte. CODEM, 1998/ Modificado por Rachel Ferreira

Na figura 04, percebe-se que o elevado grau de conservação também se encontra nos atrativos turísticos, demonstrando que há uma utilização deste núcleo urbano como mercadoria da atividade turística. Enquanto que, os outros elementos que não são considerados como atrativos turísticos possuem um grau de conservação baixa, sinalizando a precarização do ambiente que dentro do processo de mercantilização esses elementos não possuem um valor de uso e nem de troca ocasionando uma marginalização da área e um avançado estado de degradação. Tal contexto, não favorece o turismo, uma vez que as áreas delimitadas para a atividade direcionam o olhar do turista apenas para os atrativos turísticos e não para o conjunto urbano histórico como um todo.



Fonte. CODEM, 1998/ Modificado por Rachel Ferreira

Conclusão

Pode-se compreender que o CHB é uma mercadoria turística disponível no atacado e varejo do mercado turístico da cidade de Belém. Tal mercadoria, com o tempo, será capaz de dismantelar e reorganizar os cenários futuros do patrimônio histórico material, uma vez que o consumo sem orientação e o desrespeito à história e à memória social da cidade são características presentes na produção capitalista do turismo da cidade de Belém. Como consequência, tem-se um centro histórico que visivelmente está descortinando uma acentuada situação de abandono e degradação.

Sabe-se que o Poder Público contribui para tal contexto de segregação, uma vez que suas políticas implementadas, e que ainda vigoram, favorecem um turismo segregado de elite que tem acesso ao que se pode considerar de mais atraente para o turista. Desta maneira, o argumento levantado neste trabalho é expressivo, não somente nessa área de estudo, mas também em todos os pontos específicos revitalizados do CHB.

Neste contexto, pode-se refletir que as atividades turísticas assim como as condutas protecionistas associadas ao patrimônio histórico requerem constantes questionamentos, visto que os bens sociais do patrimônio histórico de uma cidade estão em constantes movimentos.

Logo, as atividades turísticas voltadas ao patrimônio histórico – seja ele material ou imaterial – requerem, entre outras coisas, uma constante revisão de seus planos e projetos visando à manutenção da história e a conservação do legado cultural existente, sem que isso possa representar o único atributo necessário para a produção da mercadoria turística (in) sustentável. É preciso criar novas posturas diante desse processo, adotando de maneira coletiva outra linguagem (compreensão) no trato com o patrimônio e a busca contínua de uma mercadoria turística mais próxima de um modelo de sustentabilidade.

Referencias

- Almeida, M. G. (Org.). (2003). *Paradigmas do turismo*. Goiânia, GO: Alternativa.
- Barreto, M. (2000). *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papirus.

- Belém. Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM). (1998). Levantamento Cadastral do Centro Histórico de Belém.
- Bourdieu, P. (2010). *O Poder Simbólico*. (13ª ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Choay, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP.
- Cury, I. (Org.). (2000). *Cartas patrimoniais*. (2ª ed). Rio de Janeiro: IPHAN.
- Figueiredo, S. J. L. (Org.). (2008). *Turismo, lazer e planejamento e regional*. Belém, PA: NAEA/UFPA.
- Gastal, S. (2005). *Turismo, Imagens e Imaginário*. São Paulo: Aleph.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Le Goff, J. (2003). *História e Memória*. (5ª ed). Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Marx, K. (1982). *O Capital; resumo dos três volumes por Julian Borchardt; tradução de Ron Alves Schimidt*. (7ªed. resumida). Rio de Janeiro, RJ: LTC.
- Meira Filho, A. (1976). *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história*. (2 vols.). Belém, PA: CIA. Gráfica, Editora Globo.
- Meneses, J. N. C. (2004). *História e turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Milet, V. (1998). *A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil*. Olinda - PE: Prefeitura de Olinda.
- Ouriques, H. (2005). *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, SP: Alínea editora.
- Panosso Neto, A. (2010). *O que é o Turismo?*. São Paulo: Brasiliense.
- Poupart, J., Deslauriers, J.-P., Groulx, L.-H., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. (2008). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Santos, M. (1978). *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Hucitec.
- Simão, M. C. R. (2001). *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Trindade Junior, S.-C. C. da. (1997). *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém, PA: NAEA/UFPA.